

---

## Mulheres no (pós-) conflito liberiano: combatentes, construtoras da paz e representantes políticas

*Beatriz Azevedo Coutinho<sup>1</sup>*

*Eduardo Wensko Oliveira<sup>2</sup>*

*Bárbara Campos Diniz<sup>3</sup>*

A guerra afeta as mulheres de maneira uniforme? Como elas respondem a essas experiências, tanto durante o conflito quanto no período pós-guerra? Essas são as perguntas centrais que orientam a discussão deste artigo. Longe de tratar as mulheres como um grupo homogêneo e passivo, buscamos compreender a diversidade de vivências e respostas que emergem frente às violências da guerra. A partir dessa perspectiva, analisamos três papéis distintos desempenhados por mulheres liberianas ao longo das duas guerras civis que devastaram o país (1989-1996 e 1999-2003) e nos subsequentes processos de reconstrução nacional: as combatentes, as promotoras da paz e as representantes políticas.

A partir da abordagem do contínuo de violência proposta por Cynthia Cockburn (2004), destacamos como as dinâmicas de gênero transcendem a dicotomia entre guerra e paz, revelando que as experiências das mulheres não apenas desafiam os estereótipos de gênero, mas também expõem a continuidade das opressões em diferentes contextos. Para ilustrar as nuances dessas trajetórias, exploramos a história de três figuras emblemáticas: Black Diamond, símbolo das combatentes femininas; Leymah Gbowee, líder no movimento pela paz; e Ellen Johnson Sirleaf, a primeira mulher eleita presidente na África. Ao examinar essas histórias, nosso objetivo é mostrar como as mulheres liberianas não foram apenas vítimas do conflito, mas sim agentes ativas que desempenharam papéis cruciais, enfrentando desafios e ressignificando suas identidades em um ambiente marcado por violência extrema e reconstrução sociopolítica. O artigo busca enriquecer a compreensão das multiplicidades de (re)ações femininas diante da guerra, ressaltando como essas mulheres transitaram entre o

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Relações Internacionais no PPGRI San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP), com período sanduíche na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Bolsista Capes desde 2023 e Capes-PRINT em 2024. Integrante do IARAS-GEDES. E-mail para contato: [beatriz.a.coutinho@unesp.br](mailto:beatriz.a.coutinho@unesp.br). Lattes <https://lattes.cnpq.br/3096141415282877> e Orcid <https://orcid.org/0000-0003-3306-8928>.

<sup>2</sup> Graduando em Relações Internacionais na UNESP Franca. Integrante do IARAS-GEDES. E-mail para contato: [eduardo.wensko@unesp.br](mailto:eduardo.wensko@unesp.br). Lattes <http://lattes.cnpq.br/1992695878971348>.

<sup>3</sup> Doutoranda em Relações Internacionais no PPGRI San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP). Bolsista Capes. Integrante do IARAS-GEDES. E-mail para contato: [barbara.diniz@unesp.br](mailto:barbara.diniz@unesp.br). Lattes <http://lattes.cnpq.br/7509714845606062>.

---

trauma, a resistência e a transformação, contribuindo para o tecido social e político de uma Libéria pós-conflito.

## **MULHERES COMO COMBATENTES: BLACK DIAMOND**

Black Diamond, pseudônimo de guerra de Marjorie B. von Brumskine, emergiu como uma das combatentes mais notórias da II Guerra Civil Liberiana. Atuando como comandante do grupo rebelde *Liberians United for Reconciliation and Democracy (LURD)*, seu papel foi fundamental na oposição às forças do então presidente Charles Taylor. Sua trajetória é emblemática para compreender a interseção entre gênero, violência e guerra e ilustra como mulheres em situações de conflito desafiam papéis de gênero tradicionais, mas enfrentam exclusão e estigmatização no período pós-guerra. Sob a perspectiva do contínuo da violência, a experiência de Black Diamond revela a perpetuação da violência estrutural e simbólica antes, durante e após os conflitos armados (Cockburn, 2004).

Nascida em um contexto de extrema pobreza e em uma sociedade profundamente patriarcal, Black Diamond encontrou poucas alternativas para sobreviver quando o conflito eclodiu. Muitas mulheres e meninas, incluindo ela, foram forçadas a se envolver em atividades armadas, seja como combatentes, carregadoras, cozinheiras ou escravas sexuais (Mazurana; Eckerbom, 2012). No entanto, diferentemente de muitas de suas companheiras, Black Diamond rapidamente ascendeu ao posto de comandante. Suas habilidades de liderança e estratégia militar lhe renderam respeito entre seus pares e temor entre seus inimigos, e desafiaram normas sociais que tradicionalmente relegavam as mulheres ao espaço privado.

Durante o conflito, Black Diamond liderou um batalhão de combatentes do LURD em batalhas decisivas contra as forças governamentais. Suas táticas militares, descritas como eficazes e impiedosas, demonstraram como mulheres poderiam assumir papéis tradicionalmente masculinos em situações extremas. No entanto, o papel de liderança feminina em contextos de guerra não implica um rompimento completo com as normas de gênero, mas sim uma adaptação temporária. Como evidenciado por Coulter (2009), os contextos de guerra frequentemente oferecem às mulheres um espaço para desafiar papéis tradicionais, mas essa agência é, muitas vezes, limitada e revertida no período pós-conflito.

A figura de Black Diamond também ilustra o impacto da militarização na construção da identidade feminina. Ao adotar características associadas à masculinidade, como

---

agressividade, força e liderança, ela se tornou um símbolo de poder no campo de batalha. No entanto, essa masculinização imposta pela guerra também gerou barreiras para sua reintegração na sociedade após o conflito. Como argumenta Enloe (1990), as mulheres militarizadas frequentemente enfrentam estigmatização em tempos de paz, quando as normas de gênero são restauradas e expectativas tradicionais de feminilidade voltam a dominar.

Com o fim da guerra em 2003 e o início dos [Programas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração \(DDR\)](#), Black Diamond, assim como muitas outras mulheres combatentes, enfrentou enormes desafios. Apesar de seu papel crucial durante o conflito, ela encontrou uma sociedade que não estava disposta a aceitar mulheres em posições de poder ou a reconhecer sua contribuição na luta armada. A masculinização que lhe conferiu agência na guerra se tornou um obstáculo no período de paz, quando características como força e assertividade foram interpretadas como desvios das normas de gênero (Hultman, 2010).

Os programas de DDR implementados pela ONU na Libéria falharam em atender às necessidades específicas das mulheres combatentes. Mazurana e Eckerborn (2012) destacam que as mulheres ex-combatentes muitas vezes são ignoradas nesses processos, que tendem a priorizar os combatentes masculinos. Na Libéria, apenas uma fração dos recursos alocados para a reintegração foi destinada às mulheres, que enfrentaram estigmatização social e dificuldades econômicas (Coulter, 2009).

Além disso, as ex-combatentes vivenciaram um duplo estigma: por um lado, eram vistas como desviantes por terem participado de atividades militares, algo culturalmente associado aos homens; por outro, sua associação com a violência as colocava em uma posição de exclusão em suas comunidades. Esse padrão de marginalização é consistente com o que Cockburn (2004) descreve como o contínuo da violência, em que as dinâmicas de exclusão e opressão persistem mesmo após o término dos combates.

A marginalização de Black Diamond após o conflito exemplifica como as estruturas patriarcais operam para relegar as mulheres ex-combatentes às margens da sociedade. Ao serem excluídas de programas de reintegração e enfrentarem barreiras culturais, essas mulheres são frequentemente forçadas a recorrer a trabalhos informais ou, em muitos casos, são empurradas para a prostituição ou outras atividades precárias para sobreviver (Cockburn, 2004).

---

A trajetória de Black Diamond simboliza tanto as possibilidades quanto as limitações enfrentadas pelas mulheres em contextos de guerra e pós-guerra. Sua ascensão como líder militar durante a guerra civil desafiou normas patriarcais e mostrou como as mulheres podem assumir papéis transformadores em momentos de crise. No entanto, o período pós-conflito destacou as barreiras estruturais que continuam a restringir a agência feminina, especialmente em sociedades marcadas por desigualdades de gênero profundamente enraizadas (Cockburn, 2004).

Do ponto de vista das políticas públicas, a história de Black Diamond evidencia a necessidade de programas de DDR que considerem as especificidades de gênero e abordem as desigualdades estruturais enfrentadas por mulheres ex-combatentes. Como apontam Mazurana e Eckerbom (2012), esses programas precisam ir além da reintegração econômica, oferecendo suporte psicossocial e promovendo a aceitação comunitária para mulheres que desafiaram normas de gênero tradicionais durante os conflitos.

A partir da perspectiva do contínuo da violência, a trajetória de Black Diamond também convida a uma reflexão sobre como as desigualdades de gênero são perpetuadas em tempos de paz e guerra. Enquanto seu papel como combatente desafiou as expectativas sociais, sua marginalização no período pós-conflito revela a resistência estrutural a mudanças duradouras nas relações de poder de gênero (Cockburn, 2004).

## **MULHERES COMO PROMOTORAS DA PAZ: LEYMAH GBOWEE**

No contexto da segunda guerra civil liberiana, Leymah Gbowee ascendeu como uma forte liderança no país. Primeiro por seu trabalho como assistente social, que envolvia lidar com crianças combatentes e seus traumas, e, posteriormente, como uma ativista internacionalmente reconhecida por liderar protestos pacíficos, com ampla adesão e efetividade, através do movimento *Women of Liberia Mass Action for Peace* (WLMAP) - o qual uniu liberianas cristãs e muçulmanas para pressionar e intermediar negociações de paz entre facções rivais e, assim, colaborou para findar o conflito do país em 2003. No entanto, os processos de DDR foram marcados por desigualdades de gênero e exclusão das mulheres combatentes, como exemplificamos no caso de Black Diamond.

Ao mesmo tempo que o trabalho desenvolvido por Gbowee era visto como a personificação da [Resolução 1325](#) da ONU, sobre Mulheres, Paz e Segurança, a qual prevê o

---

protagonismo feminino na prevenção e resolução de conflitos, o processo de encerramento da II Guerra Civil na Libéria, com a criação dos acampamentos para aplicação de DDR, não abarcou plenamente tal resolução, pois excluiu as mulheres combatentes do início ao fim do processo. Durante a fase de desarmamento, essas mulheres não foram incluídas, pois havia um entendimento de que no período do conflito elas exerciam papéis de suporte e não possuíam armas próprias, ou seja, a maioria não passava do primeiro critério de elegibilidade para os acampamentos, que consistia na entrega de armas (as quais presumia-se que todos os combatentes teriam).

A segunda fase, de desmobilização, foi marcada por um padrão tradicional de gênero que relegou às mulheres acampadas tarefas de baixa remuneração, como costurar e fazer sabão, ao passo que aos homens foram reservados ofícios de mecânica e carpintaria, o que lhes possibilitaria maior retorno financeiro quando reintegrados, perpetuando uma desigualdade econômica de gênero. A terceira e última fase, a de reintegração, ignorava as particularidades sócio-históricas da região, porque, de modo geral, mulheres entravam em combate em razão dos estupros; ou seja, buscando se protegerem e não serem mais violadas ou terem familiares violentadas. No entanto, algumas continuaram sendo violentadas enquanto combatiam. Os processos de DDR falharam ao não apresentarem uma solução para lidar com o estigma que as mulheres estupradas sofrem na Libéria, pois elas são consideradas como desonradas para as suas famílias e têm mais dificuldades de se reintegrar à sociedade, de encontrarem um parceiro ou de terem auxílio médico e psicológico.

Em suma, a luta de Leymah Gbowee e do WLMAP simboliza o poder das mulheres na construção da paz, mas também destaca como o processo de DDR na Libéria e em outros contextos ainda enfrenta desafios significativos na inclusão das mulheres combatentes. Embora a Resolução 1325 tenha trazido avanços importantes, ainda há muito a ser feito para garantir que seus princípios sejam plenamente aplicados, como considerar, de fato, o que as mulheres combatentes locais desejam para a reconstrução dos seus futuros no país.

---

## **MULHERES COMO REPRESENTANTES POLÍTICAS: ELLEN SIRLEAF**

---

Dados os papéis de gênero que dificultam o acesso de meninas e mulheres a altos cargos, poucas mulheres haviam chegado a cargos de grande relevância na estrutura estatal antes de Ellen Johnson Sirleaf, que se tornou em 2006 a primeira presidenta democraticamente eleita da Libéria e do continente africano (Theobald, 2012). Sua eleição contou com o apoio das [mulheres do país](#), em especial daquelas que fizeram campanhas nos mercados ou atos para impedirem seus filhos de votarem contra ela, pois viam em Sirleaf uma mulher com altíssima qualificação técnica e que compreendia as múltiplas realidades femininas (Flicking, 2005). Sua vitória foi analisada como parte de uma tendência estudada por Tripp (2016) na qual mulheres são eleitas após conflitos, pois são vistas como alguém fora do sistema político anterior que gerou a guerra; outra característica apontada por Jalazai (2010) é que a população espera que essas mulheres eleitas ajam como mães, que vão cuidar e recuperar a nação.

Sirleaf, que também foi vítima de violência doméstica, se comprometeu a adotar medidas duras para combater a violência de gênero no país. Ela compreendia que para atingir esse objetivo eram necessárias ações em diversas searas e não apenas um foco exclusivo em políticas de segurança. Tendo isso em vista, Sirleaf indicou várias mulheres a cargos importantes como ministras, chefe da polícia, juízas, entre outros, pois o objetivo era ampliar a representação simbólica (Coutinho, 2020). Para tanto, ampliou o número de mulheres policiais, como forma de demonstrar uma quebra no padrão masculino associado às violências. Além disso, criou as chamadas [Peace Huts](#), cabanas em que as mulheres exerciam papel de liderança no processo de justiça e reconciliação, inclusive em casos de violência contra as mulheres (UN WOMEN, 2019). Esses espaços ao mesmo tempo utilizavam os conhecimentos adquiridos pelas mulheres no processo de paz e no estabelecimento da justiça onde o Estado estivesse ausente, e também reforçavam ideais, considerados ancestrais, de mulheres como mães, cuidadoras e conciliadoras (Massaquoi, 2007). No entanto, as políticas de gênero do governo eram apenas para mulheres (em geral cisgênero), assim excluindo a população [LGBTQIA+, que segue perseguida no país](#) (FORD, ALLEN, 2012).

Durante o seu governo, Sirleaf (2006-2018) promoveu diversos planos de combate à violência contra a mulher, criou uma corte especial para julgar esses crimes, a [Court E](#) (Zarif, Ra'ad Al-Hussein, 2016), e desenvolveu centros de atendimento chamados [One-Stop Centers](#) (Daily Observer, 2019), no qual equipes multidisciplinares compostas por médicos,

---

assistentes sociais, policiais e outros profissionais auxiliavam às vítimas. Além disso, estabeleceu a criação do Ministério das Mulheres e de políticas que tratam a questão de gênero como uma variante transversal, pois o governo compreendia a necessidade de tratar as violências contra as mulheres de forma multidimensional, combatendo as estruturas de desigualdade de gênero.

No entanto, essas medidas foram minoradas pela falta de recursos, uma realidade comum de países pobres que passam por conflitos e são altamente dependentes do mercado internacional e de empréstimos do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, bem como da flutuação das *commodities* que exportam. A Libéria tem uma economia altamente suscetível à exportação de borracha e madeira, aos investimentos internacionais, e a crises financeiras, climáticas e sanitárias. Um exemplo foi a desestruturação provocada pela epidemia de ebola, de 2014, que reduziu a entrada de divisas e obrigou o governo a realocar recursos que seriam destinados à compra de arroz, um alimento essencial à dieta dos liberianos, o que aprofundou a insegurança alimentar no país.

Outro desafio era modificar a cultura e as normas sociais como o machismo (também perpetrado por mulheres), concepções tradicionais de gênero, diferenças culturais e o sistema de justiça binário (constitucional e lei dos costumes). Como muitas dessas ações eram impulsionadas pela Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL), elas eram vistas como uma interferência estrangeira no modo de vida liberiano. Ademais, a dependência econômica fazia com que algumas vítimas não pudessem se desvincular de seus agressores e, apesar dos avanços na compreensão de que a violência contra as mulheres não deveria ser tolerada, outras questões impediam a redução da violência e da desigualdade de gênero. Apesar disso, de acordo com relatório do [AFROBAROMETER](#) (Coker, Twum, 2023), o trabalho iniciado no governo Sirleaf segue gerando resultados, visto que as mulheres se sentem mais seguras para denunciar a violência, normalizam menos comportamentos violentos e há maior consciência sobre a violência de gênero.

---

---

## CONCLUSÃO

Retomando as perguntas iniciais: as mulheres experimentam as violências da guerra da mesma forma? Como elas reagem a isso tanto no contexto do conflito quanto após este ter terminado? Podemos seguramente responder que não. Cada mulher vivencia as violências de maneira única, marcada por fatores como sua posição social, cultural e econômica, além de aspectos pessoais e contextuais. Suas reações também variam: algumas respondem por meio da resistência, outras pela adaptação, e outras ainda pelo simples esforço de sobrevivência. Essas respostas não são fruto de fraquezas ou forças intrínsecas, mas de condições materiais e subjetivas que definem os caminhos possíveis em meio à guerra. Neste sentido, o objetivo deste artigo não é julgar as escolhas ou os comportamentos dessas mulheres, mas analisar de que maneira os processos políticos podem contribuir – ou falhar em contribuir – para a superação das violências que elas enfrentam.

A análise deixa evidente que frequentemente as políticas internacionais ou nacionais destinadas às mulheres em contextos de conflito não levam em consideração a complexidade de suas experiências. Tais políticas, em vez de atuarem para eliminar as causas estruturais da violência, podem acabar reforçando desigualdades e gerando novas formas de opressão. Não basta, por exemplo, incorporar mulheres no processo de reconstrução de paz, como prevê a Resolução 1325, e simplesmente esperar que elas cumpram um papel específico de empatia, pacifismo ou cuidado. Essa abordagem superficial ignora as dinâmicas sociais mais amplas e perpetua estereótipos de gênero que limitam as possibilidades de atuação das mulheres. Nesse contexto, três problemas principais emergem na maneira como as mulheres têm sido tradicionalmente representadas e tratadas nesses processos.

O primeiro problema está na suposição de que as mulheres, por natureza, agem de forma diferente dos homens em situações de conflito ou reconstrução. De fato, há diferenças que podem ser observadas devido à socialização de gênero, uma vez que mulheres e homens são moldados de forma distinta pelas normas culturais e sociais. No entanto, assumir que as mulheres possuem um comportamento intrinsecamente diferente e, de alguma forma, moralmente superior, não apenas essencializa o gênero, como também desconsidera a complexidade das interações humanas. Mulheres também podem reproduzir sistemas de opressão, como o machismo, ou se engajarem em comportamentos violentos, seja como parte de estratégias de sobrevivência, seja em busca de poder. Essa visão simplista limita a

---

compreensão das mulheres como indivíduos plenos, com capacidade de agir de maneira tão diversa quanto os homens.

O segundo problema decorre de uma visão tradicional que entende as mulheres exclusivamente como pacíficas e cuidadoras. Essa construção, que tem raízes profundas na socialização de gênero, sustenta que as mulheres, por serem historicamente associadas à esfera privada e à maternidade, possuem características naturais de empatia e cuidado. Embora muitas mulheres tenham sido educadas e incentivadas a adotar essas qualidades, isso não significa que sejam inerentes ao gênero feminino ou que todas as mulheres se comportam dessa forma. Essa expectativa invisibiliza mulheres que atuam de maneira distinta e as atribui uma responsabilidade desproporcional em contextos de reconstrução de paz, esperando que assumam papéis que nem sempre refletem suas escolhas ou habilidades.

O terceiro problema, frequentemente negligenciado nas análises e políticas, é a tendência de enxergar as mulheres apenas como vítimas passivas de conflitos, ignorando sua agência. Essa visão restritiva reforça estereótipos de gênero que deslegitimam o papel das mulheres como combatentes, construtoras de paz ou representantes políticas. No entanto, a realidade mostra que muitas mulheres não apenas participam diretamente dos conflitos, mas também desempenham papéis cruciais na reconstrução de suas comunidades. Seja liderando negociações de paz, participando de processos políticos ou assumindo funções estratégicas no pós-conflito, as mulheres demonstram sua capacidade de agência. Contudo, a exclusão sistemática dessas experiências das narrativas oficiais perpetua uma compreensão limitada de seu papel, enfraquecendo sua inclusão nos processos formais de reconstrução.

Desta forma, um processo de reconstrução de Estado que busque superar as estruturas geradoras de violência deve ir além de abordagens superficiais. É necessário adotar medidas multidisciplinares que abarquem a redução da pobreza, a eliminação de diferenças legais, sociais, culturais e econômicas entre homens e mulheres, e o fortalecimento de instituições locais. Essas instituições, em particular, deveriam ser capazes de fomentar novos arranjos sociais, baseados em equidade e justiça social, por meio da educação e de políticas inclusivas. Esse tipo de reconstrução não deve ser percebido como uma imposição externa, mas como um esforço conjunto que respeite as particularidades locais e promova a participação efetiva das comunidades.

---

No entanto, como evidencia o caso liberiano, esses processos frequentemente falham em incorporar de forma significativa as mulheres. Um exemplo claro foi a exclusão de ex-combatentes do processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR). Ao não reconhecerem as mulheres como participantes ativas nos conflitos e no pós-conflito, os responsáveis por esses processos negligenciaram uma oportunidade crucial de promover uma reconstrução mais inclusiva e transformadora. Essa exclusão não apenas reforçou a marginalização histórica das mulheres, como também limitou a eficácia dos esforços de reconstrução, perpetuando as estruturas que geram violência e desigualdade. Em outras palavras, o contínuo de violência exposto por Cockburn (2024) ainda está presente na sociedade liberiana, que ainda mantém algumas das estruturas de violência que fomentaram as guerras civis.

## REFERÊNCIAS

- BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia. Ellen Johnson Sirleaf. Encyclopedia Britannica, 9 nov. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Ellen-Johnson-Sirleaf>. Acesso em 30 set. 2024.
- COCKBURN, Cynthia. The Continuum of Violence: A Gender Perspective on War and Peace. In: GILES, Wenona; HYNDMAN, Jennifer (Eds.). Sites of Violence: Gender and Conflict Zones. Los Angeles: University of California Press, 2004. p. 24 – 44.
- COKER, Georgina C., TWUM, Maame A. A. Gender-based violence tops women's-rights issues in Liberia; citizens say it is a criminal matter. **AFROBAROMETER**, [Ghana] Dispatch No. 695, 25 Aug. 2023 Disponível em: <https://www.afrobarometer.org/wp-content/uploads/2023/08/AD695-Gender-based-violence-t>
- COULTER, C. Bush Wives and Girl Soldiers: Women's Lives Through War and Peace in Sierra Leone. Ithaca: Cornell University Press, 2009. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.7591/j.ctt7z60f>. Acesso em 10 nov. 2024.
- COUTINHO, Beatriz A. Mainstreaming women in post-conflict development: a case study of Liberia. Dissertation presented to the International Relations Postgraduate Program at the International Relations Institute at São Paulo University as a requirement for the Degree of Master in Science. Advisor: Prof. Dr. Yi Shin Tang. São Paulo, 05 feb. 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-15042020-083706/publico/Beatri>
- DAILY OBSERVER. LIBERIA: 4,622 GBV Cases Treated At One-Stop Centers Across Montserrat Since 2017. Make every women count, *s.l.*, 30 apr. 2019, online. Disponível em: <https://www.mewc.org/index.php/gender-issues/violence-against-women/11130-liberia-4-622-gbv-cases-treated-at-one-stop-centers-across-montserrat-since-2017>. Acesso em 30 set. 2024.

---

ENLOE, C. *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*. 1. ed. Berkeley: University of California Press, 1990.

FICKLING, David. Johnson-Sirleaf declared Liberian president. *The Guardian*, s.l, 23 nov. 2005, online. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2005/nov/23/davidfickling>. Acesso em 30 set. 2024.

FORD, Tamasin; ALLEN, Bonnie. Nobel peace prize winner defends law criminalising homosexuality in Liberia. *The Guardian*, Morovia, 19 mar. 2012. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/2012/mar/19/nobel-peace-prize-law-homosexuality>. Acesso em 30 set. 2024.

GBOWEE, Leymah. Biographical. Nobel Prize, 2011. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/peace/2011/gbowee/biographical/>. Acesso em: 26 out. 2024.

HULTMAN, L. *Peace by Repatriation: Ex-Combatants and their Return to Civilian Life in Post-War Societies*. New York: Palgrave Macmillan, 2010. Disponível em <https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:106715/FULLTEXT01.pdf>. Acesso 10 nov. 2024.

JALALZAI, Farida, *Madam President: Gender, Power, and the Comparative Presidency*. *Journal of Women, Politics & Policy*, 2010, v. 31, n. 2, p. 132–165. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/249019310\\_Madam\\_President\\_Gender\\_Power\\_and\\_the\\_Comparative\\_Presidency](https://www.researchgate.net/publication/249019310_Madam_President_Gender_Power_and_the_Comparative_Presidency). Acesso em 30 set. 2024.

MASSAQUOI, William N.. *Women and Post-conflict Development: A Case Study on Liberia*. Submitted to the Department of Urban Studies and Planning in Partial Fulfillment of the Requirements for the Degree of Master in City Planning, MASSACHUSETTS INSTITUTE OF TECHNOLOGY, Cambridge, Massachusetts, 2007. Disponível em: <https://dspace.mit.edu/handle/1721.1/42108>. Acesso em 30 set. 2024.

MAZURANA, D. and ECKERBOM Cole, L. Women, girls, and disarmament, demobilisation and reintegration (DDR). *In Women and Wars: Contested Histories Uncertain Futures* (pp.194-214). Polity Press: Cambridge, 2012. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/295912375\\_Women\\_and\\_Girls\\_and\\_Disarmament\\_Demobilization\\_and\\_Reintegration](https://www.researchgate.net/publication/295912375_Women_and_Girls_and_Disarmament_Demobilization_and_Reintegration). Acesso em 10 nov. 2024.

NOBEL PEACE PRIZE. Leymah Gbowee – Biographical. NobelPrize.org. Nobel Prize Outreach AB 2024. Mon. 11 Nov 2024. Disponível em <https://www.nobelprize.org/prizes/peace/2011/gbowee/biographical/>. Acesso em 10 nov. 2024.

ONU MULHERES. 20 Anos da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU e a liderança das mulheres defensoras de direitos humanos para a construção da paz e da segurança. 17 dez. 2020. Disponível em <https://www.onumulheres.org.br/noticias/20-anos-da-resolucao-1325-do-conselho-de-seguranca-da-onu-e-a-lideranca-das-mulheres-defensoras-de-direitos-humanos-para-a-construcao-da-paz-e-da-seguranca/#:~:text=Em%202000%2C%20o%20Conselho%20de,mulheres%2>

---

[0sofrem%20de%20maneiras%20espec%C3%ADficas](#). Acesso em 10 nov. 2024.

ops-womens-rights-issues-in-Liberia-Afrobarometer-24aug23.pdf. Acesso em 26 set. 2024.

THE WOMEN OF LIBERIA: Mass Action for Peace Protests in Liberia. Participedia, 2024. Disponível em:  
<https://participedia.net/case/the-women-of-liberia-mass-action-for-peace-protests-in-liberia>. Acesso em: 30 set. 2024

THEOBALD, Anne. The Role of Women in Making and Building Peace in Liberia: gender sensitivity versus masculinity. Ibidem Press, s.l, oct. 2012. Disponível em:  
<https://cup.columbia.edu/book/the-role-of-women-in-making-and-building-peace-in-liberia/9783838203867>. Acesso em 30 set. 2024.

THUSI, Thokozani. Liberia's DDR Programme: An Unfinished Story. Sabinet African Journals, 2004. Disponível em: [https://journals.co.za/doi/pdf/10.10520/AJA0000001\\_272](https://journals.co.za/doi/pdf/10.10520/AJA0000001_272). Acesso em 10 nov. 2024.

TRIPP, Aili Mari. Where do African women have more power? Surprise — in countries emerging from war. Washington Post, [Washington D.C], 15 jul. 2016, online. Disponível em:  
<<https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2016/07/15/womens-rights-in-africa-grow-stronger-after-conflicts-heres-why/?noredirect...>>. Acesso em 30 set. 2024.

UN WOMEN. National Peace Hut Women Of Liberia An Account Of Support Provided By Un Women (2009 – 2018). UN WOMEN, [Libéria], jun. 2019. Disponível em:  
[https://africa.unwomen.org/sites/default/files/Field%20Office%20Africa/Images/Publications/2020/Systematization%20Report%20June%202019\\_final\\_web.pdf](https://africa.unwomen.org/sites/default/files/Field%20Office%20Africa/Images/Publications/2020/Systematization%20Report%20June%202019_final_web.pdf). Acesso em 30 set. 2024.

[z\\_Azevedo\\_Coutinho\\_.pdf](#). Acesso 10 nov. 2024.

ZARIF, Farid; RA'AD AL-HUSSEIN, Zeid bin. Addressing Impunity for Rape in Liberia. UNIMIL HUMAN RIGHTS AND PROTECTION SERVICE. Oct. 2016. Disponível em:  
[https://unmil.unmissions.org/sites/default/files/impunity\\_report\\_-\\_binding.pdf](https://unmil.unmissions.org/sites/default/files/impunity_report_-_binding.pdf). Acesso em 30 set. 2024.